DOI 10.21727/rm.v15i2.4210

A economia solidária na integração de migrantes venezuelanos: reflexões de um caso em Pernambuco, Brasil

The solidarity economy in the integration of venezuelan migrants: reflections on a case in Pernambuco, Brazil

Antonio Fagner da Silva Bastos[1], Gabriel Benício de Mello[2], Daniella Ramos da Silva[3], Sérgio Carvalho Benício de Mello[4]

Como citar esse artigo. BASTOS, A. F. S. MELLO, G. B. SILVA, D. R. MELLO, S. C. B. A economia solidária na integração de migrantes venezuelanos: reflexões de um caso em pernambuco, Brasil. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 15, n. 2, p. 68-85, mai./ago. 2024.

Resumo

Este estudo examina a integração econômica de migrantes venezuelanos em Pernambuco por meio da economia solidária, destacando a atuação da Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2 (CBNE2). Diante das crises política, econômica e humanitária na Venezuela, muitos migrantes foram forçados a buscar refúgio no Brasil, onde enfrentam desafios significativos, como a alta desigualdade e o desemprego. O artigo explora como a CBNE2, através de projetos como Creciendo e RAFA, utiliza fundos rotativos solidários para apoiar esses migrantes. A metodologia do estudo inclui observação-participante e entrevistas, resultando na análise de dez narrativas de vida de migrantes envolvidos em empreendimentos solidários. Os resultados indicam que, apesar das dificuldades, a economia solidária proporciona uma alternativa viável para a integração e a geração de renda dos migrantes, promovendo a autogestão, cooperação e sustentabilidade dos empreendimentos.

Palavras-chave: Migração Venezuelana; Economia Solidária; Integração Econômica.

Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

Abstract

This study examines the economic integration of Venezuelan migrants in Pernambuco through solidarity economy, highlighting the role of Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2 (CBNE2). Faced with political, economic, and humanitarian crises in Venezuela, many migrants were forced to seek refuge in Brazil, where they encounter significant challenges, such as high inequality and unemployment. The article explores how CBNE2, through projects like Creciendo and RAFA, utilizes solidarity revolving funds to support these migrants. The methodology includes participant observation and interviews, resulting in the analysis of ten life narratives of migrants involved in solidarity enterprises. The results indicate that despite difficulties, the solidarity economy provides a viable alternative for the integration and income generation of migrants, promoting self-management, cooperation, and sustainability of enterprises.

Keywords: Venezuelan Migration; Solidarity economy; Economic Integration.

Introdução

Nos últimos anos, a Venezuela tem enfrentado uma série de crises interligadas, resultando em um êxodo populacional sem precedentes na história recente da América Latina. A crise econômica, iniciada em 2014 com a queda acentuada dos preços do petróleo, principal fonte de receita do país, levou a uma hiperinflação severa, desvalorização da moeda e aumento vertiginoso dos preços dos bens de consumo básicos (UNHCR, 2019). Paralelamente, a crise política, marcada pela disputa de poder entre o governo de

Afiliação dos autores:

[1]Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.
[2]Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Pós-Colonialismos e Cidadania Global do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal.
[3]Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil
[4]Doutor em Administração pela City, University of London, Reino Unido (1997). Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco e bolsista de produtividade em pesquisa nível 1D do CNPq.

Email de correspondência: antonio.fagner@ufpe.br

Recebido em: 11/11/2023. Aceito em: 24/07/2024.

Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI 10.21727/rm.v15i2.4210

Nicolás Maduro e a oposição liderada por Juan Guaidó, gerou um colapso institucional e uma repressão crescente contra dissidentes políticos e defensores dos direitos humanos (UNHCR, 2019).

Essas crises culminaram em uma crise humanitária devastadora, com escassez generalizada de alimentos, medicamentos e serviços básicos como saúde e educação, obrigando milhões de venezuelanos a deixarem o país em busca de melhores condições de vida (R4V, 2023). Estima-se que mais de 6 milhões de venezuelanos tenham migrado desde 2013, com o Brasil sendo um dos principais destinos (UNHCR, 2019).

O Governo Federal do Brasil, em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), implementou a Operação Acolhida, uma política que visa organizar, abrigar e interiorizar os migrantes situados em Roraima, na fronteira com a Venezuela, para outras regiões do país, proporcionando-lhes novas oportunidades de vida e trabalho. No entanto, muitas localidades receptoras, incluindo Pernambuco, não estavam preparadas ou equipadas com políticas públicas adequadas para lidar com essa migração em larga escala. Assim, a assistência inicial aos migrantes coube principalmente a instituições da sociedade civil (Lucena *et al.*, 2021).

Em Pernambuco, aproximadamente mil migrantes venezuelanos foram interiorizados até junho de 2023 (R4V, 2023). Enfrentando uma realidade local de significativa desigualdade e falta de oportunidades de emprego, esses migrantes se encontram em uma posição ainda mais vulnerável. Recife, capital de Pernambuco, apresentou em 2019 o maior índice de desigualdade entre todas as capitais brasileiras, com um índice de Gini de 0,612, e o estado ocupava a terceira posição nacional em termos de concentração de renda (G1, 2020). A taxa de desemprego em Pernambuco era uma das mais altas do país, atingindo 16,8% no primeiro trimestre de 2020 (IBGE, 2020).

Diante desse cenário, a economia solidária emergiu como uma estratégia crucial para a integração dos migrantes venezuelanos. A economia solidária é frequentemente fundamentada em teorias críticas que questionam o modelo econômico hegemônico e propõem alternativas baseadas na cooperação e na justiça social. Segundo Singer (2002), a economia solidária é uma resposta à exclusão gerada pelo capitalismo, propondo um modelo em que as pessoas são priorizadas sobre o capital. Gaiger (2015) destaca que a economia solidária promove práticas distributivas que fortalecem tanto economicamente quanto socialmente os empreendimentos, criando uma predisposição à equidade. Este artigo objetiva descrever a experiência desenvolvida pela Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2 (CBNE2) na integração econômica dos migrantes venezuelanos através de práticas de viés solidário. Utilizando-se de um estudo de caso ampliado, a pesquisa baseia-se em dados coletados por meio de observação-participante e entrevistas com migrantes envolvidos em processos de geração de renda, buscando evidenciar como a economia solidária pode oferecer respostas eficazes às necessidades de integração e subsistência dos migrantes em um contexto de vulnerabilidade extrema.

Este artigo divide-se em oito partes. Após essa inicial de introdução, abordaremos na seguinte o empreendedorismo com viés solidário como alternativa para os migrantes. Em seguida, apresentamos a metodologia que guiou a pesquisa. Na quarta seção, adentramos no estudo de caso a respeito do fundo rotativo solidário aplicado com os migrantes venezuelanos em Pernambuco. Nas partes cinco e seis, exploramos os achados com base nos vetores empreendedor e solidário isoladamente e tecemos algumas considerações sobre ambos na sétima parte. E finalizamos tecendo algumas conclusões pertinentes que pudemos extrair da pesquisa.

O empreendedorismo com viés solidário

O empreendedorismo praticado por migrantes tem sido um tema em voga de diversos estudos. Cruz e Falcão (2016) destacam a crescente literatura sobre empreendedorismo imigrante e étnico, analisando publicações que abordam como os migrantes se tornam empreendedores e suas experiências diferenciadas. Massey *et al.* (1993) discutem como os migrantes utilizam o empreendedorismo para maximizar ganhos e minimizar riscos. Carmo *et al.* (2021) apontam que o empreendedorismo é uma ideologia neoliberal,

Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 15, n. 2, p. 68-85, mai./ago. 2024.

DOI 10.21727/rm.v15i2.4210

sendo uma necessidade para muitos migrantes devido à falta de oportunidades no mercado de trabalho tradicional. Garcia *et al.* (2021) exploram como o empreendedorismo social pode ser uma via para a inclusão social dos migrantes.

Tais estudos costumam tratar das análises econômicas, derivadas de visões ligadas à nova economia das migrações (Massey *et al.*, 1993) mas, que envolvem indivíduos com algum capital. Considerando que o empreendedorismo é um fenômeno complexo e que vem buscando seu espaço também em esferas da sustentabilidade econômica, social e cultural (Sousa; Paiva Junior; Xavier Filho, 2015), aqui pretendemos enveredar por esse fenômeno praticado por migrantes de sobrevivência, que, pela conjuntura, estão desprovidos de capital econômico e precisam encontrar meios de obter renda.

Com a responsabilidade de garantir condições de sobrevivência dignas passando da esfera política e social para o nível individual, contexto que se dá principalmente em países em desenvolvimento (Carmo *et al.*, 2021), a ação empreendedora acaba por ganhar um protagonismo forçado. No entanto, a complexidade da ação empreendedora não permite que o assunto seja abordado com profundidade quando se tem uma concepção fragmentada, determinista e a-histórica da ação humana, uma vez que nenhum ser humano age unicamente pela racionalidade instrumental nem vive dissociado do seu contexto cultural (Paiva Junior; Guerra, 2010).

Um outro aspecto primordial a ser considerado está nas competências necessárias para desempenhar tal atividade. Mello, Leão e Paiva Junior defendem (2006) que o ato de empreender exige uma série de competências, a saber: as de oportunidade, de relacionamento, conceituais, administrativas, estratégicas, de comprometimento e de equilíbrio do trabalho com a vida pessoal (Quadro 1), contudo o desenvolvimento, apreensão e compartilhamento de tais competências pelos migrantes tende a ser ainda mais difícil quando se opera dentro de uma lógica individual num ambiente hostil e desconhecido.

Quadro 1. Competências empreendedoras

Competências	Descrição
Competências de Oportunidade	Um empreendedor deve identificar as oportunidades de negócios a partir de experiências prévias; avaliar os espaços de mercado não atendidos; pesquisar oportunidades por meio dos esforços de marketing; identificar sinergia com parceiros.
Competências de Relacionamento	Um empreendedor deve construir e manter redes de relacionamentos; utilizar-se dos relacionamentos.
Competências Conceituais	Um empreendedor deve raciocinar de forma criativa; inovar; lidar com risco; ter vocação; ter autonomia; ter sensibilidade e vontade de aprender;
Competências Administrativas	Deve planejar; organizar; liderar; controlar; atuar mercadologicamente à eficiente alocação de talentos, recursos físicos, financeiros e tecnológicos
Competências Estratégicas	Deve planejar estrategicamente; posicionar o produto/negócio no mercado; gerir estrategicamente de maneira a visualizam panoramas de médio e longo prazo
Competências de Comprometimento	Deve ter comprometimento com o negócio; e comprometimento pessoal, sobretudo em situações adversas.
Competências de Equilíbrio	Deve dar vazão ao estresse; ter uma compreensão prazerosa do trabalho de maneira a equilibrar o trabalho e a vida pessoal.

Fonte. elaborado com base em Mello, Leão, Paiva Jr (2006).

No caso da ação empreendedora de migrantes de sobrevivência, é preciso reconhecer o contexto hostil do local onde ela se dá. No qual, a busca por se aumentar o capital de rede dos migrantes mostra-se como uma resposta aos bloqueios por eles enfrentados. Para Urry (2012), capital de rede é a capacidade de engendrar e manter relações sociais com pessoas próximas ou distantes em busca de ganhos emocionais, financeiros e práticos. Logo, o caminho para se alcançar tal capital, num contexto que empurra os migrantes para a ação empreendedora, pode se dar através de práticas de empreendedorismo com viés

Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 15, n. 2, p. 68-85, mai./ago. 2024.

DOI 10.21727/rm.v15i2.4210

solidário (Bertini, 2018). Através delas podem emergir redes solidárias de cooperação capazes de gerar mecanismos de sinergia no processo de efetivação da sobrevivência desses imigrantes.

As redes solidárias são iniciativas que integram empreendimentos que agem de acordo com os ideais da Economia Solidária. Isto é, a "democratização do acesso aos meios de produção e a disseminação de valores de justiça social, de solidariedade e de cooperação, confrontando a sociabilidade do capital e possibilitando superá-la" (Silva; Silva, 2022, p. 58). Tais redes constroem iniciativas de cooperação e intercâmbio com outras unidades produtivas, além de parcerias com distintos setores da sociedade e funcionam como uma estratégia para potencializar conexões já existentes e integrar a produção comercialização, financiamento, consumo e outras organizações populares em um movimento de realimentação (Zanco; Alves; Corbari, 2017). As redes contemplam relações estabelecidas com base em vínculos de afinidade pessoal, identidade intelectual e convivência profissional (Paiva Junior; Fernandes, 2012) e funcionam como espaços auxiliadores à construção de sentido na edificação dos seus artefatos institucionais (Sousa; Paiva Junior; Xavier Filho, 2015) dando novas possibilidades ao empreendedorismo.

A incapacidade e a inadequação dos governos em solucionar problemas sociais [1], tem fomentado iniciativas da sociedade civil em busca de práticas alternativas que respondam às necessidades sociais não atendidas nem pelo Estado, nem pelo mercado. Lacuna pela qual as práticas de empreendedorismo social surgem (Garcia *et al.*, 2021), exatamente do gargalo criado pela lógica neoliberal de estado mínimo[2] (Kibler *et al.*, 2018). A dimensão contra-hegemônica buscada aqui é a coletiva com o empreendedorismo perdendo suas bases de competição e individualidade para buscar ser uma ferramenta de emancipação, de mudança social dos grupos envolvidos. Perspectiva pela qual, conforme Bertucci e Silva (2003, p. 66):

> [...] são destacadas as variadas formas de organização do trabalho e da produção protagonizadas pelos setores populares. Experiências coletivas de trabalho e produção vêm disseminando-se em todo o mundo, nos espaços rurais e urbanos, através das cooperativas de produção e consumo, das associações de produtores e de empresas de autogestão. Nascem de uma atitude crítica frente ao sistema hegemônico e orientam-se por valores não mercantis como a solidariedade, a democracia e a autonomia.

No caso de empreendimentos econômicos sob o viés da economia solidária, o diferencial associativo, a cooperação no trabalho, as decisões coletivas, o compartilhamento de conhecimentos e a confiança envolvem aspectos supraindividuais decisivos, que não são incorporados pelo modelo econômico dominante (Gaiger; Corrêa, 2011). De acordo com Gaiger (2015, p. 57-58), os empreendimentos econômicos solidários (EES):

> [...] apresentam sinais de vitalidade não desprezíveis e sinalizam práticas distributivas favoráveis à preservação de postos de trabalho e de rendimentos mínimos a seus membros. Assim, converte-se em uma predisposição à equidade, porquanto essa se mostra congruente com o andar dos fatos: para o fortalecimento a um só tempo econômico e social do empreendimento, faz sentido tratar a todos com justiça. [...], do ponto de vista de sua dinâmica organizacional os EES funcionariam como "comunidades de trabalho", as quais

1 Em países como o Brasil, onde a desigualdade social é acentuada, a sociedade civil tem desempenhado um papel crucial na criação e implementação de soluções inovadoras. De acordo com dados do IBGE, a desigualdade de renda no Brasil permanece entre as mais altas do mundo, com um índice de Gini de 0,543 em 2019 (IBGE, 2020). Além disso, a falta de políticas públicas eficazes e o corte de investimentos sociais aumentaram a necessidade de ações comunitárias e cooperativas para atender às demandas básicas da população, como saúde, educação e segurança alimentar (Kibler *et al.*, 2018). A economia solidária, por exemplo, tem surgido como uma resposta eficaz, promovendo a inclusão social e econômica por meio de práticas cooperativas e autogestionárias (Singer, 2002)."

2 A lógica neoliberal de estado mínimo refere-se a um conjunto de políticas econômicas e sociais que enfatizam a redução do papel do Estado na economia e na provisão de serviços públicos. Sob essa lógica, a intervenção governamental é minimizada, com a crença de que o mercado livre é mais eficiente na alocação de recursos e na promoção do crescimento econômico. Isso inclui a privatização de empresas estatais, a desregulamentação de mercados, a redução de impostos e cortes nos gastos públicos. A ideia central é que a competitividade e a iniciativa privada devem ser os principais motores do desenvolvimento econômico, com o Estado limitando-se a garantir a estabilidade macroeconômica e a propriedade privada (Kibler *et al.*, 2018).

Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 15, n. 2, p. 68-85, mai./ago. 2024.

DOI 10.21727/rm.v15i2.4210

> ativam forças produtivas especificamente derivadas da associação dos trabalhadores, a partir de laços sociais que ultrapassam a esfera material e as satisfações imediatas, alimentando aspirações e horizontes comuns, ancorados na história compartilhada por seus membros. [...]. Esses processos tenderiam a fomentar situações propícias à constituição de indivíduos aptos a incrementarem e a reterem para si a riqueza material e imaterial que produzem. Por suas implicações intersubjetivas, essas interdependências proporcionam uma vivência dos indivíduos como protagonistas, sujeitos de direito, e conduzem à politização das lutas coletivas por renda e bem-estar.

Consoante com Gaiger (2015), há duas frentes a serem alinhadas pelos EES (Quadro 2). A vertente do "empreendedorismo" destina-se a assegurar o funcionamento das atividades produtivas, propiciando remuneração e demais benefícios a seus integrantes e, ao mesmo tempo, garantir a continuidade do EES a médio e longo prazo. Já a vertente do "solidarismo" refere-se à inclusão equitativa de todos os membros, à participação igualitária nas decisões, à cooperação produtiva e social nas atividades internas e ao seu envolvimento em questões externas de interesse coletivo, em âmbito comunitário, local ou mais amplo.

Quadro 2. As duas faces do empreendedorismo solidário

Vetor Empreendedor	Vetor Solidário
Dimensão de eficiência de um EES diz respeito à sua capacidade de preservar-se e consolidar-se em resultado do seu funcionamento.	Dimensão de autogestão vincula-se à democracia, à participação e à autonomia do EES em seus processos de gestão, relacionando-se tanto aos membros quanto a organizações e forças externas.
Dimensão de sustentabilidade, diz respeito à capacidade de gerar condições para que o EES siga funcionando a médio e longo prazo.	Dimensão de cooperação refere-se a valores e práticas de mutualidade, colaboração, compromisso social, gratuidade e inclusão equitativa dos envolvidos.

Fonte. Elaborado com base em Gaiger (2015)

Assim sendo, empreender, sob o viés da economia solidária, equivale primordialmente a respeitar as características da comunidade de trabalho – cerne dos empreendimentos – e se beneficiar de suas virtudes, apoiando-se nas forças geradas pela união dos membros (Gaiger; Corrêa, 2011). Fatores que quando considerados dentro de um contexto de migrações de sobrevivência poderão amenizar os bloqueios à integração econômica encontrados pelos migrantes .

Com o referencial teórico que foca na ligação entre o empreendedorismo e a economia solidária tendo sido apontado, apresentaremos na seção seguinte a metodologia adotada para o alcance dos objetivos deste artigo.

Metodologia

Elegemos o "estudo de caso ampliado" de Michael Burawoy (1998) como metodologia a ser adotada. O estudo de caso ampliado tem como principal estratégia de pesquisa a etnografia pública e como técnica de coleta fundamental a observação participante. O estudo de caso ampliado aplica uma ciência reflexiva à etnografia a partir de uma teoria preexistente, com objetivo de extrair o universal do particular, mover-se do micro ao macro, conectar o presente ao passado e antecipar o futuro (Burawoy, 2014).

Os participantes do estudo foram selecionados com base em critérios de vulnerabilidade socioeconômica. Especificamente, incluímos migrantes venezuelanos que foram interiorizados para Pernambuco através da Operação Acolhida e que demonstraram interesse ou aptidão para iniciativas de

Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 15, n. 2, p. 68-85, mai./ago. 2024.

geração de renda apoiadas pela Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2 (CBNE2). Os critérios de inclusão foram: ser maior de 18 anos, ter migrado da Venezuela para o Brasil nos últimos cinco anos e estar envolvido em projetos de economia solidária promovidos pela CBNE2 em Pernambuco. Foram excluídos aqueles que não atendiam a esses critérios ou que não estavam disponíveis para participação nas entrevistas e nas atividades de observação-participante.

Como estratégia que valoriza a oralidade e as experiências de vida, destacamos que o estudo de trajetória de vida através da história oral dos participantes se apresenta, para nosso estudo de caso ampliado, como um lócus rico para complexificar a compreensão acerca da dinâmica de funcionamento de diferentes configurações sociais em diferentes níveis de análise (Guérios, 2011). Mais que tentar desvendar as razões estruturais que levaram ao caos que a Venezuela vem enfrentando na última década, são as experiências vividas dos migrantes que visualizamos como fonte de conhecimento para compreender como os desafios de um país repleto de crises se apresentam nas microvivências que deterioraram suas normalidades, criaram linhas abissais que os colocaram em vulnerabilidade e os forçaram a se movimentar em busca de um novo lugar capaz de devolver-lhes sua condição de existência, mas que também impõe novos e até mesmo antigos desafios. Diante do exposto, nossas personagens[3] são: Albaro e Sonya, 60 e 55 anos, que hoje vendem bolos; Analí, costureira, 44 anos; Elias, artesão, 35 anos; Otniel, vendedor, 32 anos; Fred, fotógrafo, 33 anos; Genesis, massoterapeuta, 42 anos; Hannah, artesã, 61 anos; Henderson e Desirée, artesão e cozinheira, 53 e 50 anos; Miguel, marceneiro, 30 anos; e Noris, artesã, 42 anos.

A coleta de dados foi realizada entre janeiro de 2019 e junho de 2022 e incluiu três principais métodos: Observação-participante, com um dos pesquisadores se diretamente nas atividades desenvolvidas pela CBNE2, participando de reuniões, oficinas e acompanhamentos de campo com os migrantes; Entrevistas em profundidade, que abordaram questões como a vida na Venezuela antes da crise, o processo de migração, a chegada e a integração no Brasil, e as experiências com os projetos de economia solidária, tendo sido realizadas 25 entrevistas semiestruturadas com 12 migrantes, resultando em 10 narrativas detalhadas de trajetórias de vida; História de vida, utilizando a técnica de história de vida, os migrantes foram incentivados a narrar suas experiências pessoais de forma detalhada.

Os dados coletados foram analisados utilizando a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Esse método envolveu as seguintes etapas: Pré-análise, com a organização e leitura flutuante dos dados coletados para identificação de temas e categorias preliminares; Exploração do material, com a codificação dos dados em categorias temáticas, com base nas entrevistas e observações realizadas; e Tratamento dos resultados, com a interpretação e análise das categorias temáticas, relacionando-as com as teorias existentes sobre economia solidária e migração.

A análise buscou identificar padrões e variações nas experiências dos migrantes, destacando os desafios e as estratégias adotadas para a integração econômica. As narrativas de vida foram utilizadas para fornecer uma compreensão aprofundada das trajetórias individuais, enquanto a observação-participante permitiu contextualizar essas experiências dentro das atividades e iniciativas da CBNE2.

Para garantir o rigor e a validade dos dados, foram adotadas várias estratégias seguindo as orientações de Paiva Júnior, Souza Leão e Mello (2011): Triangulação, com a utilização de múltiplos métodos de coleta de dados (entrevistas, observação-participante e história de vida) para corroborar os achados; Reflexividade, com o uso de um diário de campo para registrar observações, reflexões e possíveis vieses durante a coleta de dados; Validação pelos participantes, com algumas interpretações preliminares sendo discutidas pelos pesquisadores com os participantes para garantir que as suas experiências fossem representadas de forma mais precisa.

Esses procedimentos metodológicos permitiram uma análise robusta e aprofundada das experiências dos migrantes venezuelanos em Pernambuco, contribuindo com informações preciosas para a compreensão da integração econômica através da economia solidária. Compreensão esta que se deu a

3 Ressalta-se que os nomes foram modificados, assim como locais que pudessem facilitar a identificação dos migrantes. O presente trabalho é parte integrante de um projeto maior e foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco através da Plataforma Brasil sob o CAAE: 40883220.5.0000.5208.

DOI 10.21727/rm.v15i2.4210

partir da implementação de um fundo rotativo solidário descrito a seguir.

O fundo rotativo solidário

Na formação de um ambiente menos hostil para os venezuelanos recém-chegados em Pernambuco, a Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2 (CBNE2) ocupou um papel destacado. Além de ser uma das três primeiras instituições que deram o suporte inicial de acolhida (as outras foram a AMAI - Associação Missionária Beneficente para Áreas Inóspitas de Carpina e as Aldeias Infantis em Igarassu), foi a partir dela que alguns migrantes que não conseguiram encontrar oportunidades de trabalho e se viram forçados a empreender obtiveram algum apoio. A partir de um mapeamento elaborado por um dos agentes da instituição, baseado em dados coletados pela CBNE2 através de um Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP)[4] realizado no começo de 2019, um primeiro grupo de empreendedores demonstrou interesse e/ou aptidão para a empreitada.

A ideia era fazer convergir a integração econômica dos migrantes com uma outra área que a Cáritas já possui um longo histórico de atuação: a economia popular solidária.

> A Cáritas Brasileira vem em sua trajetória de mais de 40 anos, atuando no apoio e no fomento das ações em prol da Economia Popular Solidária (EPS). Chama-se essa outra Economia de Popular e Solidária, em virtude das iniciativas populares na busca da geração de trabalho e renda, baseado na livre associação das pessoas, a cooperação e da autogestão. Uma economia centrada na busca de condições de satisfação das necessidades – sempre novas – dos seres humanos, na perspectiva do Bem Viver de todos e para todos. O apoio dos Projetos Alternativos Comunitários que ocorreu no final da década de 1980, com o objetivo de aperfeiçoar os instrumentos de apoio às iniciativas coletivas sustentáveis de "desenvolvimento" ou envolvimento local. Essas ações de fomento priorizaram o protagonismo dos excluídos e excluídas na busca da construção de novas relações solidárias na produção, comercialização e incidência em prol das políticas públicas e de acesso a direitos (Lima, 2020, p. 22-23).

No entanto, alinhar uma expertise anterior com a acolhida de migrantes de sobrevivência, uma ação inédita para a regional, se mostrou um novo desafio para a CBNE2. Somente após diversos encontros formativos da pequena equipe (quatro membros) designada para a tarefa, do mapeamento de possíveis interessados em participar da iniciativa e da obtenção de fomento junto a uma ONG internacional que as reuniões se iniciaram.

Apesar dos encontros de planejamento terem começado em 2019, foi só em 2020 que os venezuelanos começaram de fato a participar do primeiro projeto implementado pela CBNE2 para fomentar geração de renda para os venezuelanos, o Projeto Creciendo. Ainda no fim de 2019, um segundo projeto, o RAFA, seguindo o mesmo objetivo de fomentar empreendimentos de migrantes também foi pautado e colocado em prática. Ambos os projetos tinham objetivos semelhantes, mas com alcances diferentes. Enquanto o Creciendo abrangia os quatro estados de atuação da Cáritas NE2 (Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba), o RAFA se limitou a Pernambuco. Os projetos se baseiam em quatro pilares. O primeiro é apoiar iniciativas de geração de renda desenvolvidas pelas famílias e grupos venezuelanos acompanhados pela CBNE2, promovendo a aquisição de insumos para fortalecimento de seus empreendimentos. O segundo é implantar ações para fortalecer empreendimentos de geração de renda através de Fundos Rotativos Solidários (FRS), dando foco à economia popular solidária. O terceiro é estimular que os migrantes acompanhados participem de cursos de formação, considerando as habilidades das famílias e grupos venezuelanos. O último é contribuir com ações de inserção dos outros migrantes

4 Técnica de Diagnóstico Rápido Urbano Participativo que se trata da coleta de informações que podem ser usadas por projetos de desenvolvimento, com vistas a descobrir as principais características, os problemas prioritários que afetam uma população e as possíveis soluções dentro da própria comunidade mapeada (Lucena *et al.*, 2021).

Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 15, n. 2, p. 68-85, mai./ago. 2024.

DOI 10.21727/rm.v15i2.4210

que não demonstraram interesse nos empreendimentos no mundo do trabalho através de campanhas de sensibilização de empregadores e consolidação de banco de currículos.

O fundo rotativo solidário além de ser a pedra fundante, acaba se destacando como a principal prática de viés solidário que serviu de elo entre os migrantes e por isso o destacamos em nosso estudo. Esta é uma ferramenta utilizada pelas comunidades para solucionar, a partir de seus próprios recursos, as dificuldades encontradas coletivamente e individualmente (Laporte, 2017). Para tal, nas reuniões iniciais, um grupo composto por três venezuelanos e quatro brasileiros se formou para liderar seu desenvolvimento. Documentos e instrumentos[5] foram criados para guiar as ações, além de um regimento interno para definir papéis dos envolvidos, regras de participação, de pagamentos e de prazos de devolução dos valores emprestados. Ficou acordado que para ter acesso ao fundo, antes os migrantes teriam que participar de oficinas formativas em economia solidária e em negócios. Depois disso teriam que elaborar uma proposta e apresentá-la a uma banca composta pelos membros do próprio comitê. Após terem sido aprovados, haveria um tempo de carência para começarem a devolver os valores e que ainda receberiam assessoria e acompanhamento de suas atividades pelo comitê.

Inicialmente, os migrantes começaram a participar de oficinas formativas tanto sobre economia solidária, como de construção de planos de negócios. Juntamente às formações coletivas, os interessados também participaram de encontros individualizados tanto para desenvolvimento de negócios para aqueles que ainda não sabiam ou não tinham escolhido uma atividade a seguir, como também de desenvolvimento de plano de negócios e outros aspectos básicos de atividades já em andamento. A princípio, o plano era que essas formações fossem presenciais, nos mesmos moldes que as primeiras reuniões de planejamento que já haviam acontecido, mas em março de 2020 veio a pandemia e os encontros acabaram reformulados para as plataformas virtuais e alguns meses após o planejado, já que de imediato ações emergenciais de apoio aos migrantes foram priorizadas.

O grupo inicial de acompanhamento era formado por 14 possíveis empreendimentos a serem fomentados. Desses, quatro não continuaram, dois por motivo de mudança de estado e os outros dois porque os migrantes à frente conseguiram encontrar emprego e não seguiram acompanhando as reuniões.

Até dezembro de 2021, os dez empreendimentos haviam conseguido acesso ao fundo rotativo. O que se deu em três momentos distintos. No primeiro, em agosto de 2020, seis empreendimentos foram contemplados, no segundo, em março de 2021, outros dois obtiveram o apoio, finalmente em outubro de 2021 os últimos dos dez passaram também a fazer parte do fundo rotativo quando teve a proposta aceita. No total, nos três momentos, 12 empreendimentos foram contemplados, porém, como os outros dois estão localizados em Maceió, não os consideramos para nossas observações, tendo em vista que nossos objetivos se fincam em Pernambuco. O primeiro grupo contemplado foi formado por Noris (artesanato), Analí (corte e costura), Elias (artesanato), Otniel (comércio de variedades), Fred (serviços fotográficos) e Genesis (massoterapia). O segundo por Hannah (artesanato), um empreendimento em Maceió e Desirée e Henderson (artesanato e comércio de alimentos). O último por Albaro e Sonia (comércio de alimentos) e Miguel (marcenaria), mais outro empreendimento em Maceió.

Contudo, o caráter de iniciativa inédita tanto para a instituição promotora como para o público participante somado às condições do contexto local que além de estruturalmente hostil ainda enfrentou a pandemia, fizeram com que o desenvolvimento da iniciativa tivesse alguns percalços e que até o fim de 2021 ainda apresentasse um status de "projeto em desenvolvimento", que se por um lado ainda não foi totalmente eficaz para integração econômica dos migrantes, por outro, serviu para atenuar os diversos obstáculos enfrentados. Conjuntura que apresentamos a seguir ao considerarmos como cada empreendimento vem se desenvolvendo dentro de cada uma das dimensões propostas por Gaiger (2015). Como forma de dar suporte analítico, também fizemos uso das competências empreendedoras propostas por Mello, Leão, Paiva Jr (2006).

Além do mais, diferentemente de outros projetos já existentes onde o viés solidário permeava

5 Minutas de contratos, planos de negócio, planilhas de avaliação entre outros instrumentos e documentos que colaborassem no desenvolvimento dos empreendimentos.

Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 15, n. 2, p. 68-85, mai./ago. 2024.

DOI 10.21727/rm.v15i2.4210

empreendimentos localizados num mesmo espaço, negócio ou região, os empreendimentos participantes aqui são de negócios distintos, localizados até mesmo em cidades diferentes e que inicialmente ainda se pautam mais por lógicas familiares do que por bases coletivas, cuja a 'cola' que os une está presente justamente no fundo rotativo solidário e nas reuniões relativas ao mesmo. Uma conjuntura ainda mais complicadora para os vetores que compõe a economia solidária e que será delineada nas duas seções seguintes, sendo a primeira focada no vetor empreendedor e a posterior voltada para o vetor solidário.

Vetor empreendedor: eficiência e sustentabilidade

Na *dimensão de eficiência*, que trata de como empreendimentos conseguem gerar receitas para manter seu funcionamento e sua capacidade de preservar-se, os projetos Creciendo e RAFA além do apoio em formações básicas para o negócio, também adotaram como uma de suas premissas que a solvência das prestações respeitaria um período de carência de no mínimo três meses, para que assim, os empreendimentos tivessem um tempo de maturação antes de precisarem se preocupar com dívidas. Além disso, para que o valor inicial do fundo não perdesse valor frente à inflação, foi estipulada uma taxa de juros simples de 1% em cada valor de parcela. Montante bem abaixo do praticado em relações de empréstimos no mercado bancário. Também ficou acordado uma multa no valor de 2% sobre o valor de cada parcela atrasada. Pontos que evidenciam que inicialmente o fundo rotativo solidário acabou sendo pensado dentro de uma lógica hegemônica de mercado, ou seja, com a incidência de juros sobre os valores emprestados e a implementação de meios de cobrança e penalização de usuários com parcelas inadimplentes. Contudo, além das taxas aplicadas serem bem mais acessíveis que as oferecidas por bancos, a rigidez das multas por atraso se limitou ao instrumento contratual, haja vista nenhuma multa por atraso ter sido cobrada no primeiro ano do fundo rotativo, mesmo que quase todos os empreendimentos tenham atrasado alguma parcela.

Dessa forma, os seis primeiros empreendimentos receberam valores de 4 mil ou de 2 mil reais para executarem suas propostas. Cifra que, conforme acordado previamente, seria devolvida em vinte parcelas de 202 reais para os que receberam 4 mil reais (quatro dos empreendimentos do grupo inicial) e vinte parcelas de 101 reais para os que receberam 2 mil reais (os dois empreendimentos restantes liderados por Otniel e Fred). Nesse ponto específico, considerando que alguns receberam valores contextualmente altos, as características adotadas se afastam um pouco de experiências semelhantes com microcrédito já registradas na literatura quando, conforme Bertucci e Silva (2003), mesmo dentro da lógica do empreendedorismo, o microcrédito costuma apresentar valores reduzidos do crédito e os prazos curtos de amortização, o que inviabilizava a utilização do recurso para fins de investimentos, limitando na prática a aplicação dos empréstimos ao financiamento de capital de giro.

No primeiro grupo, por exemplo, Noris tinha como uma das ideias iniciais o investimento em um novo forno, de tamanho menor, mas que fosse capaz de atender a pequenos pedidos, economizando custos, mas acabou utilizando o dinheiro para reformar sua oficina e criar um espaço de vendas presencial. Genesis investiu nos equipamentos para montar o espaço de sua clínica massoterápica. Analí, por sua vez, usou parte do recebido para a compra de manequins e tecidos. Fred e Elias também investiram em equipamentos. Já Otniel priorizou a compra de produtos para formar seu estoque de vendas. O que demonstra que os valores recebidos conseguiram ir além de se tornarem apenas capital de giro.

Outro ponto a ser considerado quanto à eficiência se deu a partir das possibilidades de desenvolvimento e ou fortalecimento das competências necessárias para a continuidade dos empreendimentos. Aqui, houve importante papel desempenhado pelas formações oferecidas por ambos os projetos. Primeiro, em momento prévio ao fundo rotativo, reuniões individuais foram promovidas para que competências de oportunidade fossem ponderadas. Isto é, a identificação das possibilidades disponíveis no mercado de bens e serviços ainda não atendidos seja através de esforços de marketing, seja por meio das sinergias estabelecidas com parceiros. Assim, através de reuniões com um assessor venezuelano contratado pela CBNE2, os migrantes puderam identificar oportunidades de negócios a partir de suas experiências prévias

Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 15, n. 2, p. 68-85, mai./ago. 2024.

DOI 10.21727/rm.v15i2.4210

e identificar sinergias com os lugares que pretendiam abrir os negócios para visualizar a viabilidade de suas ideias. Um bom exemplo disso se deu com Desirée e Henderson, que tinham expertise no ramo funerário e após os encontros decidiram usar da expertise deles com madeira para fazer negócio não em um ramo que requer altos investimentos e é de difícil entrada como o mercado funerário, mas em um em expansão como o mercado de animais de estimação e de baixo investimento para entrada.

Além das competências de oportunidade, as competências administrativas também foram aperfeiçoadas durante as formações. Ou seja, aquelas que envolvem planejamento, organização, liderança e controle do empreendimento objetivando uma eficiente alocação dos recursos disponíveis. Considerando que entre as principais causas de mortalidade de pequenas empresas estão os aspectos relacionados à gestão (SEBRAE, 2016), a partir das oficinas, os migrantes puderam esquadrinhar técnicas para planejar o negócio, alocar recursos eficientemente, delegar as tarefas a serem executadas entre os membros do negócio, evitar a desorganização financeira ao confundir patrimônio pessoal e do negócio e atribuir valores aos produtos de maneira a evitar erros em cálculos de lucro e preço. Hannah, a exemplo, percebeu que estava vendendo suas bonecas a preços muito baixos, que não estavam cobrindo nem os custos de produção. Albaro e Sonia, por sua vez, decidiram abrir uma conta exclusiva para o negócio dos bolos, de maneira a poderem identificar melhor as entradas e saídas financeiras do empreendimento. Pontos que também dizem respeito à dimensão de sustentabilidade, que é aquela que trata sobre a capacidade do empreendimento gerar condições de seguir funcionando a médio e longo prazo.

Na *dimensão da sustentabilidade*, as competências estratégicas e de comprometimento desempenharam papel coadjuvante para os empreendimentos dos migrantes. Quanto às competências estratégicas, a partir das oficinas de formação, os migrantes puderam traçar objetivos de médio e longo prazos para seus empreendimentos, pensados de maneira a sobrepor tanto os ganhos financeiros possíveis dentro da realidade, como também a valorização das relações com a comunidade local. Por um lado, a maioria dos empreendimentos estabeleceu metas para que cada membro pudesse obter ao menos um salário-mínimo brasileiro, por outro, à medida que o negócio pudesse se expandir e precisar de novos contratados, que estes pudessem ser tanto venezuelanos, como brasileiros moradores da vizinhança do empreendimento.

Já a respeito das competências de comprometimento, tanto com o negócio como pessoal, sobretudo em situações adversas que são bem mais comuns a migrantes de sobrevivência, elas eram fortalecidas a partir dos encontros coletivos, quando cada membro expunha os problemas que enfrentava e era incentivado tanto pelo pessoal da CBNE2 como também por outros migrantes a encontrar meios de resolvê-los e não desistir do empreendimento. Um exemplo importante se deu com Fred, que inicialmente com um retorno baixo de seu negócio, expôs que pensava em desistir do seu estúdio de fotografia para tentar obter renda com outras fontes, mas foi encorajado a continuar e firmou uma parceria com a instituição para fotografar produtos de outros empreendimentos para divulgá-los nas redes sociais.

De maneira geral, o vetor empreendedor e suas dimensões de eficiência e sustentabilidade foram exploradas tanto pela instituição como pelos migrantes para dar início aos empreendimentos principalmente através do desenvolvimento de competências administrativas e de oportunidades, tendo outras competências menor peso observado. No entanto, é a partir do vetor seguinte, o solidário, que é possível visualizar a formação de redes, ainda que timidamente, para o fortalecimento dos empreendimentos.

Vetor solidário: autogestão e cooperação

O vetor solidário abrange as dimensões de autogestão e de cooperação. Na dimensão de autogestão, elementos como democracia, participação e autonomia do empreendimento são considerados nos processos de gestão e nas relações tanto entre membros quanto com organizações ou outras forças externas. Sobre a autogestão, Singer (2002) reflete:

Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 15, n. 2, p. 68-85, mai./ago. 2024.

DOI 10.21727/rm.v15i2.4210

> A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. Quando ela é grande, assembleias-gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. Decisões de rotina são de responsabilidade de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios (Singer, 2002, p. 18)

A dimensão de autogestão começou a tomar corpo a partir da entrada dos novos grupos no fundo rotativo, isto porque, o comitê inicialmente criado para julgar as propostas está, gradualmente, substituindo seus membros para que os venezuelanos que tiveram acesso ao fundo no primeiro grupo assumam como membros do comitê julgador das propostas de novos entrantes e também nos acompanhamentos pós-empréstimos. É o caso de Noris e Fred que se juntaram a outros três venezuelanos e dois brasileiros e começaram a atuar mais ativamente na gestão do fundo rotativo. É de Noris, por exemplo, que as competências conceituais dos migrantes começam a ganhar mais peso nas escolhas. Nas reuniões, Noris sempre enfatizou aos novos proponentes que não adiantava começar a fazer parte de um empreendimento se não existisse vocação para ele por parte dos interessados, que somente por *gostar e saber do que fazia*, que ela era capaz de sobreviver às dificuldades que se impunham ao seu negócio, e que sem vocação ela já teria desistido. E que a participação no fundo exigia vocação para lidar tanto com o negócio quanto com outros migrantes que dependiam da rotação dos valores do fundo. Ou seja, existe uma fila de novos projetos esperando por empréstimos que dependem da adimplência dos contemplados.

Para os novos entrantes, considerando que os participantes do primeiro grupo enfrentavam dificuldades para quitar parcelas e o fundo rotativo contava somente com saldos dos financiamentos iniciais, o número de propostas aceitas foi reduzido pela metade – bastante diferente do que aconteceu no primeiro julgamento onde praticamente todos aqueles que participaram das oficinas formativas e apresentaram propostas tiveram o financiamento aceito, com apenas uma exceção[6]. Com isso, quatro critérios que num primeiro momento haviam sido aventados para o julgamento de propostas passaram a ser melhor considerados. O primeiro foi o de viabilidade do negócio, ou seja, dele se manter ao longo do tempo e garantir renda aos migrantes envolvidos; o segundo relacionou-se à capacidade do negócio favorecer a integração dos migrantes junto à comunidade local; o terceiro focou a visibilidade, isto é, potencial do negócio de divulgar a cultura venezuelana; e o último no alcance, o potencial de envolver o maior número de migrantes possíveis.

A dimensão da cooperação, ou seja, aquela que busca valores e práticas de mutualidade, colaboração, compromisso social, gratuidade e inclusão equitativa dos envolvidos, passa também a se fazer presente e permear os objetivos do fundo rotativo. Com os critérios sendo adotados, o segundo grupo formado por três empreendimentos teve acesso ao fundo. Hannah, o casal Desirée e Henderson, que por problemas familiares acabaram postergando o início de seu negócio, e um venezuelano que estava com um projeto em Maceió para abrir uma marcenaria, porém, como é um caso muito semelhante ao de Miguel e por estar em outro estado, não consideramos seu caso para análise. É a partir desse segundo momento que as competências de relacionamento começam a se consolidar entre os membros. Enquanto que para as novas propostas, *links* são criados para que o produto produzido possa ser vendido por outro membro do fundo. Como é o caso de Otniel que passou a vender produtos de Hannah. Há também a participação através de visitas de membros do fundo a outros empreendimentos, que estavam inadimplentes, para conversar sobre apoios que ainda são necessários e como obstáculos podem ser enfrentados com ajuda do comitê.

Quando o terceiro grupo é aprovado para acessar ao fundo rotativo, as redes dos migrantes começam

6 Das sete propostas que participaram da primeira apresentação, apenas a de Hannah não foi aceita de imediato para acesso ao fundo rotativo porque a mesma ainda se encontrava em situação de extrema vulnerabilidade. Com isso o comitê entendeu que não era o momento para ela receber apoio financeiro e sim se estruturar melhor antes de iniciar seu empreendimento com outros tipos de apoio.

Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 15, n. 2, p. 68-85, mai./ago. 2024.

DOI 10.21727/rm.v15i2.4210

a se firmar. Noris e Hannah passam a fazer parte de um projeto de coletivo de economia solidária e tem seus produtos expostos num *stand* de um shopping local. Lá, junto de outros empreendimentos de viés solidário de diferentes lugares da região Nordeste e vendendo diferentes produtos, desde produtos artesanais em crochê até doces regionais, elas se revezaram com representantes dos outros empreendimentos para fazer vendas em comum e para isso aprenderam sobre o negócio dos outros participantes, assim como ensinaram o seu. Por outro lado, Elias também fortaleceu suas redes e conseguiu participar da Fenearte[7] em parceria com outros empreendimentos de artesanato oriundos de refugiados, através de um *stand* apoiado pelo governo de Pernambuco e outras entidades. Assim, com a consolidação de redes com a sociedade local, os empreendimentos tendem a ter mais sustentação, pois conforme Vale e Guimarães (2010), as redes sociais exercem impacto nas chances de preservação dos empreendimentos no mercado.

Para solucionar o problema das inadimplências, fica estipulado também que as parcelas em atraso possam ser renegociadas e ter seus prazos estendidos com o valor de cada parcela sendo diminuído. Além disso, outras formas de pagamento começam a ser aventadas, como, por exemplo, o oferecimento de oficinas de formação de seu ofício pelos membros do fundo rotativo a outros migrantes que tenham interesse em aprender sobre fotografia, costura, marcenaria, artesanato. Algo que passou a ser buscado pelo fundo rotativo a partir de 2022.

Outro ponto que ainda não se fez presente foi em relação as competências de vazão ao estresse. Tal compreensão prazerosa do trabalho, de maneira a equilibrar o trabalho e a vida pessoal, pode não ter sido anunciada ainda tendo em vista o qualificador sobrevivência dos membros observados. Mesmo iniciando seu processo de integração, ainda estão em vulnerabilidade e com isso a grande parte do seu tempo é para "ter uma atitude de trabalho" na qual afirmações como "estamos ocupados tentando sobreviver" ainda se fazem presentes.

Como resultado do escrutínio dos vetores empreendedor e solidário, observa-se que em suas dimensões, as competências necessárias à prática empreendedora se fizeram presentes, algumas em maior grau e outras em menor, contudo, fica evidenciado que o fundo rotativo solidário fomentado pelos projetos Creciendo e RAFA ainda possui um viés acentuado baseado nas lógicas hegemônicas, o que pode ajudar explicar o porquê das vulnerabilidades que os migrantes enfrentam insistirem em permanecer, demonstrando que ainda existem caminhos a percorrer para todos os envolvidos no processo.

Algumas considerações

A iniciativa do fundo rotativo solidário capitaneada através dos projetos Creciendo e RAFA coordenados pela CBNE2, apesar de ter proporcionado algumas melhorias aos seus integrantes, ainda enfrenta desafios para se estabelecer com uma alternativa que encerre a vulnerabilidade dos migrantes que a ele aderiram.

Considerando a conjuntura dos envolvidos, que diferentes de outros projetos de teor semelhante para a economia solidária, estão espaçados tanto geograficamente como também mercadologicamente, o grande desafio que o fundo rotativo enfrenta está em como encontrar soluções coletivas a nível individual. Isto é, como fazer que os empreendimentos cooperem entre si além das reuniões de acompanhamento. Um caminho que se mostrou válido veio da experiência do *stand* coletivo montado em um shopping da cidade apadrinhado pela CBNE2 que além de favorecer a integração entre empreendimentos distintos também favoreceu a troca de saberes entre os partícipes. Contudo, a parceria com o shopping durou apenas um mês e até o final de 2022 não havia previsão de novas parcerias, o que denota o caráter dependente da instituição para que tal rede continue.

Nesse sentido, é na criação de espaços para fortalecimento de redes que a iniciativa deve focar seus esforços para que o fundo rotativo continue e possa contornar os diferentes entraves que vem enfrentando. Na perspectiva da Economia Popular Solidária, "as redes passam a ser compreendidas como um dos instrumentos fundamentais para fortalecimento das iniciativas econômicas e para ampliação da

7 Realizada no Centro de Convenções de Pernambuco, é considerada a maior feira de artesanato da América Latina.

DOI 10.21727/rm.v15i2.4210

capacidade política dos setores populares no sentido da conquista de políticas públicas" (Bertucci; Silva, 2003, p. 73).

Isto porque, apesar das dificuldades, quando observamos a evolução dos empreendimentos entre o começo da iniciativa no primeiro semestre de 2020 e o final do ano de 2021, período do corte analítico dado, podemos observar não somente barreiras, mas também avanços. A principal dificuldade que permaneceu tende a ser as devoluções ao fundo, problema que se não resolvido, tende a cessar a iniciativa. Já quando olhamos os empreendimentos individualmente podemos notar algum progresso.

No empreendimento de Noris, com seu artesanato em vitrofusão, a maior dificuldade alegada quando ela iniciou as reuniões para acessar o fundo rotativo estava na ausência de uma estratégia de marketing para alcançar mais clientes, o que se deu a partir da criação de redes sociais para divulgação dos seus produtos. As reuniões também tornaram mais profissional a precificação de seus produtos já que antes ela ditava os preços sem nenhuma metodologia. O empreendimento já gerou um posto de trabalho (uma ajudante sem carteira assinada), permaneceu adimplente durante todo o período de acompanhamento e Noris ainda passou a fazer parte do comitê de acompanhamento. Junto aos outros membros do empreendimento ainda conseguiu se planejar e participar da Fenearte, mas avaliou que o retorno não foi satisfatório. Lá fizera poucas vendas e poucos contatos, e ainda adquiriu uma dívida com os custos de participação. Ela avalia como mais proveitosa a sua participação no *stand* coletivo junto a outros empreendimentos onde pode fazer vendas e ainda trocar conhecimentos.

Assim como Noris, Elias mesmo antes de se juntar ao fundo rotativo já havia iniciado seu empreendimento de artesanato de bijuterias, inclusive já fazendo vendas online e como MEI. Contudo, tinha como principal demanda otimizar seu processo produtivo e encontrar um produto que o fizesse se destacar tanto nas feiras que frequentava como na Internet. Após a entrada no fundo rotativo, passou a direcionar o negócio para um foco específico, suas "mandalas". O empreendimento chegou a ficar parado por um tempo considerável pelos impactos da pandemia e com isso viu diminuir seus resultados financeiros, algo também observado em outros contextos (Vincenzi *et al.*, 2021). Também participou da Fenearte, porém, não com um *stand* individual, mas sim fazendo parte de um espaço criado pelo governo estadual e outras entidades para a divulgação de empreendimentos de refugiados. Assim como Noris, também resolveu não participar da edição seguinte por não ter achado o retorno do evento anterior satisfatório. Com isso, segue participando de feiras em pontos turísticos do Recife e fazendo vendas online para todo o Brasil.

Os dois casos acima são bem semelhantes, empreendimentos liderados por migrantes no ramo de bijuterias artesanais e que já possuíam certa estrutura de negócio antes de entrar no fundo rotativo. A diferença é enquanto a primeira passou a ter maior participação nas decisões do fundo, o outro tem uma participação mais tímida. Embora o resultado da participação de ambos na maior feira de artesanato disponível tenha tido pouco retorno, Noris já passou a fazer parte de outras atividades coletivas junto aos projetos de economia solidária da CBNE2, o que nos faz reforçar que estar próximo à entidade de acolhida também é uma estratégia para manter-se em evidência e aumentar as oportunidades recebidas.

Assim como no artesanato de bijuterias, aqueles que possuem empreendimentos no ramo de corte e costura também apresentaram uma evolução distinta. Anali tinha como maior dificuldade ao começar a fazer parte dos projetos Creciendo e RAFA a necessidade de conseguir uma rede de comercialização e materiais. Apesar da experiência no ramo, ela tinha como clientes apenas pessoas da igreja que frequentava. Após sua participação, pôde melhorar alguns dos aspectos financeiros de seu negócio que ainda tinha dificuldade. Contudo, o problema com a rede de distribuição de seus produtos permanece. O número de clientes aumentou pouco e ela não conseguiu firmar parcerias para isso. Apesar disso, manteve-se adimplente com o fundo rotativo por boa parte do período. Até o fim de 2021, continuava tendo encomendas de conhecidos como principal fonte de receita em seu empreendimento e por não ter um negócio com características de artesanato, acabou não participando de outros momentos coletivos como outros participantes já citados conseguiram.

Hannah que com suas bonecas de trapo, por outro lado, teria a oportunidade de participar da Fenearte

DOI 10.21727/rm.v15i2.4210

no mesmo *stand* coletivo que Elias, porém não conseguiu atender a toda a demanda de participação solicitada. Além disso, ela se envolveu com vendas no *stand* de shopping dos coletivos de economia solidária. Antes dos projetos da CBNE2, ela estava bem desestruturada para tocar um negócio, a partir do apoio da entidade, conseguiu acesso à *internet*, participou de formações e com o dinheiro do fundo comprou duas máquinas de costura, além de conseguir mais uma pessoa para ajudá-la na empreitada. Além disso, alguns membros do fundo colaboraram nas vendas de suas bonecas. Diferente de Anali, ela é bem ativa nas reuniões do fundo rotativo, porém seguia enfrentando problemas de inadimplência frente ao fundo.

No caso de Anali e Hannah, a estratégia para distribuição de seus produtos precisa ser medida de maneira que suas costuras possam chegar a novos clientes, mas de maneira que não exija muitas etapas para tal, tendo em vista que elas ainda estão comprometidas com o cuidado de suas famílias e precisam se equilibrar entre esse cuidar e o negócio. A ideia de vendas num espaço coletivo nos moldes do *stand* de shopping pode mostrar-se viável para ambas, porque os produtos ficariam disponíveis para clientes, mesmo que elas não estejam presentes.

Nos casos de Fred, Genesis e Miguel, o fundo rotativo serviu como amparo necessário para recomeçarem serviços que exerciam na Venezuela. Fred, além de conseguir alguns equipamentos para seu estúdio fotográfico, pôde também contornar os problemas burocráticos que enfrentava, conseguir alguns contratos e ainda contribuir com outros membros para que seus empreendimentos adentrassem nos meios digitais. Genesis, após a entrada no fundo rotativo, conseguiu reorganizar sua massoterapia por duas vezes. No caso dela, outros bloqueios, derivados da pandemia e da mudança de município, tornaram o desenvolvimento de seu empreendimento mais árduo. Embora tenha voltado a participar de reuniões formativas, há ainda um viés individual em seu caso que dificulta novas parcerias com os membros e com isso, se limita ao contato com a CBNE2 apenas.

Miguel também pôde comprar ferramentas para sua marcenaria a partir dos projetos Creciendo e RAFA. Apesar disso, ele ainda não tem estrutura para aceitar todos os pedidos que tem recebido a partir da divulgação que iniciou nas redes sociais. O que poderia ser solucionado a partir da união com outros trabalhadores que também possuem habilidades semelhantes. Porém, nesse caso específico, ele associa práticas da economia solidária a políticas chavistas e por isso tem demonstrado desinteresse em trabalhar de outras formas que não seja sozinho. Isso demonstrou que a CBNE2 não conseguiu efetivamente transmitir os ideais da economia solidária para todos os participantes. Algo que precisa ser melhorado. Outro fator interessante dos casos acima é que todos os parceiros deles possuem renda não relacionada à atividade do cônjuge, dois tem empregos formais e um terceiro presta serviços de transferência de remessas financeiras do Brasil à Venezuela para outros migrantes, o que pode indicar que não venha dos empreendimentos estudados a renda que vem atenuando a vulnerabilidade de suas famílias.

Já aqueles que precisaram se readequar e iniciar um empreendimento diferente do qual praticavam na Venezuela, casos de Otniel e dos casais Albaro e Sonia e Desirée e Henderson, o processo de evolução acabou sendo mais lento para todos e a venda de comida acabou sendo a principal fonte de renda, mesmo que dois deles não tenham tido tal ideia como foco inicial do projeto. Os três dedicaram bastante tempo a formalizar o empreendimento, enquanto se organizavam, conseguiam renda vendendo comida nas comunidades que moravam. Otniel e Desirée e Henderson, apesar de apresentarem projetos distintos, o primeiro para comércio de produtos eletrônicos e os segundos para produção artesanal de caixas de transporte para animais, é na venda de alimentos que ambos tem conseguido sua principal fonte de renda. Já para Albaro e Sonia, a renda de seus lanches não tem sido suficiente, e ambos têm prestado serviços extras para complementar a renda. Ele com pintura e ela com costuras.

Em suma, se as práticas de viés solidário não necessariamente levarem à integração econômica, ao menos afastam os migrantes de caírem em “armadilhas do empreendedorismo” propiciadas pelas lógicas hegemônicas, em especial àqueles sem expertise em empreender e por isso precisam continuar sendo estimuladas.

Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 15, n. 2, p. 68-85, mai./ago. 2024.

DOI 10.21727/rm.v15i2.4210

Conclusões e apontamentos

Os resultados deste estudo sobre a integração econômica de migrantes venezuelanos em Pernambuco através da economia solidária corroboram e expandem a literatura existente sobre o tema. Conforme apontado por Gaiger (2015), a cooperação e a autogestão são elementos cruciais na economia solidária, especialmente em contextos de migração. Este estudo evidenciou que essas práticas não apenas facilitam a geração de renda, mas também promovem a inclusão social e o fortalecimento comunitário entre os migrantes.

Os achados deste estudo estão em consonância com a literatura sobre economia solidária e migração. Segundo Singer (2002), a economia solidária representa uma alternativa ao modelo econômico hegemônico, priorizando a cooperação sobre a competição. No contexto deste estudo, a CBNE2 implementou práticas de economia solidária que permitiram aos migrantes desenvolverem seus empreendimentos de maneira coletiva e autogestionada.

Além disso, a análise das narrativas dos migrantes destacou a importância das redes sociais na sobrevivência e sucesso dos empreendimentos, conforme discutido por Urry (2012). As redes formadas entre os migrantes e com a comunidade local facilitaram o acesso a recursos e mercados, um ponto crucial para a sustentabilidade dos negócios.

Teoricamente, os resultados deste estudo reforçam a ideia de que a economia solidária pode servir como um mecanismo eficaz de integração econômica para migrantes em contextos de alta vulnerabilidade. A capacidade da economia solidária de promover a autogestão e a cooperação sugere que essas práticas podem ser adaptadas e aplicadas em outros contextos migratórios. Como apontado por Gaiger (2015), os empreendimentos econômicos solidários (EES) funcionam como "comunidades de trabalho", ativando forças produtivas derivadas da associação dos trabalhadores.

Além disso, a importância das redes sociais e da cooperação evidenciada neste estudo apoia a argumentação de que a integração dos migrantes não pode ser alcançada apenas através de políticas econômicas tradicionais. É necessário um enfoque holístico que considere as dimensões sociais e comunitárias da integração, conforme sugerido por Paiva Junior e Guerra (2010).

Praticamente, os resultados deste estudo têm várias implicações para políticas públicas e iniciativas de apoio a migrantes. Primeiro, as organizações que trabalham com migrantes devem considerar a implementação de práticas de economia solidária como uma estratégia central para promover a integração econômica. A experiência da CBNE2 demonstra que o apoio contínuo, a formação em competências empreendedoras e a criação de redes de cooperação são fundamentais para o sucesso dos empreendimentos de migrantes.

Segundo os formuladores de políticas devem reconhecer a importância das redes sociais na integração dos migrantes e apoiar a criação de espaços onde essas redes possam ser formadas e fortalecidas. A inclusão de migrantes em programas de formação e iniciativas comunitárias pode facilitar a construção dessas redes e melhorar as oportunidades de integração.

Este estudo sugere também que a abordagem de economia solidária pode ser uma solução eficaz para contextos de alta vulnerabilidade e exclusão social, não apenas para migrantes, mas também para outras populações marginalizadas. As práticas solidárias promovem a justiça social e a inclusão, oferecendo uma alternativa sustentável e humana ao modelo econômico tradicional.

Este estudo, portanto, examinou a integração econômica de migrantes venezuelanos em Pernambuco através das práticas de economia solidária, destacando a atuação da Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2 (CBNE2). Os principais achados indicam que a economia solidária oferece uma alternativa viável para a geração de renda e inclusão social dos migrantes, promovendo a autogestão, cooperação e sustentabilidade dos empreendimentos.

Os resultados mostram que os migrantes enfrentam desafios significativos, como a regularização de documentos, o acesso a recursos financeiros e a construção de redes de apoio. No entanto, a implementação

Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 15, n. 2, p. 68-85, mai./ago. 2024.

DOI 10.21727/rm.v15i2.4210

de práticas solidárias pela CBNE2, como os fundos rotativos solidários e os cursos de formação, tem sido crucial para mitigar esses desafios e facilitar a integração dos migrantes. As narrativas dos participantes revelam que a economia solidária não apenas proporciona uma fonte de renda, mas também promove o fortalecimento comunitário e a inclusão social.

Este estudo sugere várias implicações práticas e políticas para melhorar a integração dos migrantes através da economia solidária: Fomento de Políticas Públicas, que devem ser desenvolvidas para apoiar iniciativas de economia solidária como um meio eficaz de integração socioeconômica de migrantes; Criação de Espaços de Cooperação, onde migrantes possam formar redes de apoio e colaboração que facilitam a troca de conhecimentos e recursos, fortalecendo a capacidade dos migrantes de iniciar e sustentar seus empreendimentos; Capacitação e Formação Contínua; que devem incluir tópicos como planejamento estratégico, gestão financeira e marketing, adaptados às necessidades específicas dos migrantes; Iniciativas de Sensibilização, com campanhas de sensibilização para empregadores e a comunidade em geral podem promover a inclusão dos migrantes no mercado de trabalho e reduzir barreiras culturais e sociais; Parcerias e Colaborações; com organizações da sociedade civil, governo e setor privado são fundamentais para o sucesso das iniciativas de economia solidária.

A experiência de Pernambuco, conforme detalhada neste estudo, demonstra que a economia solidária pode ser uma ferramenta poderosa para a integração dos migrantes venezuelanos. Ao promover práticas de cooperação e autogestão, a economia solidária não só ajuda na geração de renda, mas também fortalece os laços comunitários e promove a inclusão social. As implicações práticas e políticas sugeridas aqui oferecem um caminho para a ampliação dessas práticas, beneficiando não apenas os migrantes, mas também as comunidades que os acolhem.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse de nenhuma natureza.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERTINI, S. **Migrantes y Refugiados: Emprendedores de la economía social**. 1. ed. Posadas: Edunam - Editorial Universitaria, 2018.

BERTUCCI, A. A.; SILVA, R. M. A. **20 anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BURAWOY, M. **Marxismo Sociológico**: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica. São Paulo: Alameda, 2014.

BURAWOY, M. The extended case method. **Sociological Theory**, v. 16, n. 1, p. 4-33, 1998.

CARMO, L. J. O. *et al.* O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 19, p. 18-31, 2021.

CRUZ, E. P.; FALCÃO, R. P. Q. Revisão bibliométrica no tema Empreendedorismo Imigrante e Étnico. **Internext**, v. 11, n. 3, p. 78-94, 2016.

GAIGER, L. I. A Economia Solidária na Contramarcha da Pobreza. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 79, p. 43-63, 2015.

GAIGER, L. I.; CORRÊA, A. S. O diferencial do empreendedorismo solidário. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 34-43, 2011.

GARCIA, A. S. *et al.* Produção científica sobre empreendedorismo social e construção de uma agenda para pesquisa futuras: um Estudo Bibliométrico na base Web Of Science (1994-2018). **Administração Pública e Gestão Social**, v. 13, n. 1, 2021.

GUÉRIOS, P. R. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **Campos - Revista de Antropologia**. v. 12, n. 1, p. 9-29, 2011.

G1. **Recife tem maior desigualdade entre capitais em 2019 e Pernambuco fica em terceiro no país**. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/11/12/recife-tem-maior-desigualdade-entre-capitais-em-2019-e-pe-fica-em-terceiro-no-pais-em-concentracao-de-renda-diz-ibge.ghtml. Acesso em: 22 jan. 2022.

IBGE. Desemprego cresce em 14 estados no 1º trimestre de 2020. 2020. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27853-desemprego-cresce-em-14-estados-no-1-trimestre-de-2020. Acesso em: 22 jan. 2022.

KIBLER, E. *et al.* The evaluative legitimacy of social entrepreneurship in capitalist welfare systems. **Journal of World Business**, v. 53, n. 6, p. 944-957, 2018.

LAPORTE, A. **Encantar a vida com as finanças solidárias**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

LIMA, O. **Fortalecimento da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: Cáritas, 2020.

LUCENA, C. S. *et al.* Um panorama da migração venezuelana em Pernambuco e seus desafios nas áreas do cuidado e da educação. *In*: SOUSA, F. B.; ALMEIDA, L. P. (Orgs.). **Expressões acadêmicas e diálogos sobre migração, refúgio e políticas sociais**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 173-191.

MASSEY, D. S. *et al.* Theories of International Migration: A Review and Appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993.

MELLO, S. C. B.; LEÃO, A. L. M. S.; PAIVA JR, F. G. Competências empreendedoras de dirigentes de empresas brasileiras de médio e grande porte que atuam em serviços da nova economia. **Revista de administração contemporânea**, v. 10, n. 4, p. 47-69, 2006.

PAIVA JUNIOR, F. G.; FERNANDES, N. C. M. A contribuição da competência relacional do empreendedor para aperfeiçoar a qualidade de relacionamento entre empresas de base tecnológica. **RAI Revista de Administração e Inovação**, v. 9, n. 3, p. 53-76, 2012.

PAIVA JUNIOR, F. G.; GUERRA, J. R. F. O empreendedorismo como marco solidário na esfera do desenvolvimento. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 11, n. 2, 2010.

PAIVA JÚNIOR, F. G.; LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. C. B. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 31, p. 190-209, 2011.

R4V - Plataforma Regional de Coordenação Interinstitucional para Refugiados e Migrantes da Venezuela. Refugiados y migrantes de Venezuela. **ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados**, 2023. Disponível em: https://r4v.info/es/situations/platform. Acesso em: 08 jul. 2023.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. Brasília: Sebrae, 2016.

SILVA, R. M. A.; SILVA, R. B. Políticas Públicas de Economia Solidária na América Latina. **Sociedade e Território**, v. 34, n. 1, p. 52-70, 2022.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SOUSA, J. L.; PAIVA JÚNIOR, F. G.; XAVIER FILHO, J. L. J. A emergência do Empreendedorismo Educativo-Cultural: o programa de Formação do Jovem Artesão. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 1, p. 45-52, 2015.

UNHCR. **Regional and Migrant Response Plan for Migrants from Venezuela**. 20 Dez. 2019. Disponível em: <https://reporting.unhcr.org/node/21600>. Acesso em: 02 de maio de 2020.

URRY, J. Social networks, mobile lives and social inequalities. **Journal of Transport Geography**, v. 21, p. 24-30, 2012.

VALE, G. V.; GUIMARÃES, L. O. Redes sociais na criação e mortalidade de empresas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, p. 325-337, 2010.

VINCENZI, B. V. *et al.* Deslocamento forçado de venezuelanos no Brasil: Modus operandi e ações durante a pandemia de Covid-19. **TRAVESSIA-revista do migrante**, v. 2, n. 91, 2021.

Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 15, n. 2, p. 68-85, mai./ago. 2024.

DOI 10.21727/rm.v15i2.4210

ZANCO, A. M.; ALVES, A. F.; CORBARI, F. Conexão entre as teorias de redes e as redes solidárias. **Revista GeoPantanal**, v. 13, n. 24, p. 233-250, 2018.